SUMÁRIO

DOUTRINA

ARTIGOS

Plano Diretor Estratégico como instrumento indutor do mercado imobiliário: a busca pela distribuição racional da população pelo território municipal

Alexandre Levin 13

Função socioambiental das APPs urbanas e sua importância na prevenção a desastres naturais

Felipe Augusto Rodrigues Ambrosio, **Erich Leandro Moroski** 29

Demarcação de terras de comunidades tradicionais: devido processo, proporcionalidade, razoabilidade e função social, econômica e ambiental da propriedade

Georges Louis Hage Humbert 49

Políticas públicas e sustentabilidade urbana: desafios metropolitanos e ambientais

Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior, **Joelma Rayane Dantas** 61

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

ADI – Lei nº 5.299/22 do Estado de Rondônia – Ofensa ao artigo 24 da CF/1988 – Lei estadual que esvazia norma de legislação federal – Lei Federal nº 9.605/1988 e Decreto nº 6.514/2008 – Previsão de perda de bens como forma de proteção ao meio ambiente – Afronta ao artigo 225, §3º, da CF/1988 – Precedentes do STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.203/RO

Supremo Tribunal Federal 77

Ação Civil Pública – Ambiental – Pretenso reconhecimento de inconstitucionalidade de dispositivos legais contidos na Lei nº 12.651/2012 – Cumprimento à decisão do STF proferida na Reclamação

nº 43.703/SP – Observância às decisões prolatadas pelo STF na ADC nº 42/DF e nas ADIs nºs 4.901/DF, 4.902/DF, 4.903/DF e 4.937/DF – Reconhecimento de situações consolidadas e a regularização ambiental de imóveis rurais a partir de suas novas disposições, e não a partir da legislação vigente na data dos ilícitos ambientais. Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.668.484

Superior Tribunal de Justiça 91

Recurso Especial – Execução fiscal – Derramamento de óleo – Dano ambiental – Multas aplicadas pela Capitania dos Portos e pelo IBAMA – Possibilidade – *Bis in Idem* – Inocorrência. Agravo Interno no Recurso Especial nº 2.032.619/PR

Superior Tribunal de Justiça 97

Recurso Especial – Administrativo – Criação do Parque Nacional de Jericoacoara – Desapropriação indireta – Não pagamento de indenização correspondente à imóvel inserido na área do parque – Artigo 11, *caput* e §1º, da Lei federal nº 9.985/2000 – Verificada a ocorrência de desapropriação indireta – Pagamento de indenização devida – Afetação do bem ao domínio público – Consectários decorrentes do ato. Recurso Especial nº 1.340.335/CE

Superior Tribunal de Justiça 105

Processo Civil e Administrativo – Execução fiscal – Exceção de Pré-Executividade indeferida – Prescrição intercorrente administrativa trienal – Inocorrente – Lei nº 9.873/1999 – Legitimidade passiva – Citação por edital – Auto de infração ambiental – Extinção indevida da pessoa jurídica antes de quitar o débito ambiental – Redirecionamento da cobrança aos sócios – Necessidade dilação probatória. Agravo de Instrumento nº 1010246-04.2022.4.01.0000

Tribunal Regional Federal da 1ª Região 115

Penal e Processual Penal – Crime Ambiental – Artigos 48 e 50-A da Lei federal nº 9.605/98 – Dano ambiental – Desmatamento florestal – Ausência de laudo pericial – Dúvida sobre a ocorrência do crime – Sentença absolutória – Manutenção. Apelação Criminal nº 1003758-57.2019.4.01.4100

Tribunal Regional Federal da 1ª Região 121

Constitucional e Administrativo – Ação Civil Pública – Licenciamento ambiental – Construção de rodovia – Tangenciamento e proximidade de terras indígenas – Ausência de estudo de componente indígena – Prescrição – Extinção do feito, com resolução do mérito

– Violação a direitos ambientais e indígenas – Imprescritibilidade – Sentença anulada. Apelação Cível nº 1002332-21.2020.4.01.3600
Tribunal Regional Federal da 1ª Região 129

Constitucional e Ambiental – Área de Preservação Permanente (APP) – Rio Paraná – Município de Rosana/SP – Lei nº 12.651/2012 – Constitucionalidade assentada pelo STF – ADI's nº 4.901, 4.902, 4.903 e ADC nº 42 – Aplicabilidade às intervenções antrópicas ocorridas antes de 22 de julho de 2008 – Regularização – Competência municipal – Submissão do imóvel às normas de regularização ambiental e ao plano diretor municipal. Apelação Cível nº 0007665-88.2013.4.03.6112
Tribunal Regional Federal da 3ª Região 141

Ação Civil Pública – Praia de Ibiraquera – Município de Imbituba – Pavimentação da Rodovia IMB-464 em área de proteção ambiental. Apelação Cível nº 5002433-03.2012.4.04.7216/SC
Tribunal Regional Federal da 4ª Região 181

Direito Penal – Artigo 56 da Lei nº 9.605/98 – Importação e depósito irregular de baterias automotivas usadas – Tipicidade reconhecida – Materialidade e autoria comprovadas – Crime formal e de perigo abstrato – Independências entre as esferas penal e administrativa. Apelação Criminal nº 5021136-95.2019.4.04.7002/PR
Tribunal Regional Federal da 4ª Região 193

Penal e Processual Penal – Crime ambiental – Descumprimento de obrigação de relevante interesse ambiental – Artigo 68 da Lei nº 9.605/98 – Competência da Justiça Federal – Espécie ameaçada de extinção – Interesse da União – Obrigação prevista em instrução normativa – Atipicidade formal – Desclassificação - Inviabilidade. Apelação Criminal nº 5003495-62.2018.4.04.7121/RS
Tribunal Regional Federal da 4ª Região 217

EMENTÁRIO

AÇÃO CIVIL PÚBLICA 229
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE 231
CRIME AMBIENTAL 238
DANO AMBIENTAL 239
LICENÇA AMBIENTAL 243
OCUPAÇÃO IRREGULAR 245